

1 **ATA DA 1ª REUNIÃO DA CÂMARA TÉCNICA DE INSTRUMENTOS LEGAIS E DE**  
2 **GESTÃO – CTIL-G - 2015.**

3 Aos cinco dias do mês de março de 2015, às 13h30min, o Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios  
4 Guandu, da Guarda e Guandu-Mirim - Comitê Guandu -, deu início à 1ª Reunião, na Sala de  
5 Reuniões do Comitê Guandu, na UFRRJ, tendo como pauta os seguintes assuntos: 1 – Definição de  
6 membros da Câmara Técnica; 2 – Definição de Coordenador e de Subcoordenador da Câmara  
7 Técnica; 3 – Atribuições da Câmara Técnica; 4 – Apresentação e discussão sobre revisão e  
8 ampliação dos valores da transposição; 5 – Assuntos Gerais. O Diretor Executivo, Decio Tubbs  
9 (UFRRJ), iniciou a reunião solicitando que os presentes apresentassem nome e instituição  
10 representada. Em seguida, Decio Tubbs (UFRRJ) explicou a relação vaga/candidato para cada  
11 segmento. Hendrik Mansur (TNC) informou que o segmento de Sociedade Civil já chegou a um  
12 acordo. Os representantes serão Fernando Ribeiro (CI BRASIL), João Gabriel (FAETERJ-  
13 Paracambi), Daniel Shimada Brotto (Universidade Veiga de Almeida) e Iran Bittencourt Borges  
14 (ITPA). Para o segmento governo, até o momento estavam representadas três instituições:  
15 EMATER-RIO, Prefeitura de Queimados e Prefeitura Municipal de Japeri. Decio Tubbs completou  
16 que será dado um tempo até que outros candidatos ao segmento de governo compareçam e se  
17 manifestem. Sobre o segmento de Usuários, havia 5 presenças e 4 vagas. Os candidatos reuniram-se  
18 em outra sala para decidir entre si os representantes. Magno Roza (EMATER-Rio) e Franziska  
19 Huber (FAETERJ-Paracambi) pediram esclarecimentos sobre as duas inscrições para a CEDAE.  
20 Decio Tubbs respondeu que são duas representações por conta de ser uma relativa à ETA Guandu e  
21 outra à CEDAE. O mesmo completou falando de um avanço importante com duas novas vagas para  
22 prefeituras no plenário do Comitê. José Arnaldo (Prefeitura de Japeri) perguntou sobre a situação dos  
23 planos de metas dos municípios. Decio Tubbs (UFRRJ) disse que na verdade é necessária uma  
24 articulação intensa, pois existem problemas comuns e específicos em relação aos municípios.  
25 Sugeriu mobilização para uma eventual reunião entre os secretários de Meio Ambiente da bacia. José  
26 Arnaldo (Prefeitura Municipal de Japeri) relatou problemas da prefeitura de Japeri em relação à  
27 operacionalização de projetos como o de tratamento de esgoto. O mesmo continuou dizendo que é  
28 necessária uma articulação institucional para resolver estes problemas. Relatou problemas nos  
29 municípios. Ressaltou que o ICMS é um recurso que deve ser repassado apenas para municípios que  
30 tratam esgoto. Decio respondeu que é necessária atenção com as solicitações de informação por parte  
31 do Ministério Público em relação à gestão de meio ambiente. Hoje falta articulação entre os  
32 municípios para gerência ambiental. José Arnaldo comentou o projeto executivo de saneamento da

33 COHIDRO entregue em 2011 e até as ações de desapropriação de terreno tomadas para esta  
34 finalidade. Porém, não há quem gerencie e analise o projeto e sua execução. Decio Tubbs (UFRRJ)  
35 destacou a necessidade de levar essa discussão a todos as secretarias de meio ambiente. Hendrik  
36 (TNC) afirmou que Japeri levantou uma questão da dificuldade de operar os projetos executivos.  
37 Decio (UFRRJ) explicou que Japeri é uma exceção, pois está tentando executar o projeto via Caixa  
38 Econômica, mas acaba parando em exigências da instituição e falta de pessoal para solucionar estes  
39 entraves. José Arnaldo (Prefeitura Municipal de Japeri) questionou os Planos de Saneamento. Decio  
40 (UFRRJ) informou que o TCE parou os planos e agora é que eles estão sendo elaborados e  
41 publicados através da SEA. Porém, agora há uma mudança institucional que delega ao INEA a  
42 entrega dos Planos. José Arnaldo explicou que o Plano municipal de Saneamento Básico é que vai  
43 apontar as prioridades para os municípios. Para o setor de usuários, ficaram definidos: Jaime Azulay  
44 pela CEDAE, Amisterdan Ribeiro pelo SIMARJ, Paulo de Tarso pela FIRJAN e Rinaldo Rocha pela  
45 LIGHT. 2 - Em seguida, foram abertas as propostas para Coordenador e Subcoordenador. Jaime  
46 Azulay (CEDAE) foi o único a manifestar interesse. Para a subcoordenação, Paulo de Tarso  
47 (FIRJAN) foi convidado por Jaime Azulay (CEDAE). A chapa foi aprovada por unanimidade. Jaime  
48 Azulay (CEDAE) relatou sobre o período em que coordenou a CTALI, e enfatizou que o  
49 voluntariado e a colaboração no Comitê são privilégios. 3 - Decio Tubbs (UFRRJ) passou às  
50 atribuições da Câmara Técnica dizendo que não há muitas novidades, mas as demandas podem ter  
51 ficado densas por conta da junção de CTALI e CTIG. Sobre a parte de gestão, o assunto principal  
52 será a cobrança de água. A pauta da CTIL-G será focada nos instrumentos de gestão, principalmente  
53 relacionados à cobrança da água. O CEIVAP encaminhou várias discussões e solicitando que haja  
54 um aumento dos valores atualmente pagos de 15% arrecadados. Ficou definido que o repasse da  
55 cobrança seria feito a partir de 2017, para não interferir no PAP-GUANDU atual. Decio informou  
56 que o CNRH já referendou o aumento da cobrança repassada ao Conselho Nacional. Decio informou  
57 que o repasse deve ser discutido em cima da arrecadação na bacia do Guandu. Num segundo  
58 momento, seria discutida a cobrança sobre a água bruta. Após esta introdução, Decio Tubbs  
59 (UFRRJ) pediu a Eduardo Dantas (CEDAE), coordenador da CTIG até 2014, que fizesse uma  
60 apresentação sobre o assunto. Decio finalizou sua fala enfatizando a importância de construir um  
61 arcabouço que embasa a posição do Comitê. 4 - Eduardo Dantas (CEDAE) iniciou sua fala com um  
62 breve histórico da discussão acerca da cobrança, para interar os membros que não participaram da  
63 discussão anteriormente. Eduardo (CEDAE) prosseguiu dizendo que a Cobrança Federal no Paraíba  
64 do Sul foi o primeiro sistema de cobrança de recursos hídricos no Brasil. Em seguida, passou à

65 deliberação 52/2005 do CEIVAP, que define os 15% que devem ser repassados pelo Comitê Guandu.  
66 Em seguida falou sobre a resolução 66/2006 do CNRH que determinava que em 2010 deveria ser  
67 feita uma revisão sobre o processo da cobrança. As discussões foram retomadas em 2014, o tema  
68 ressurgiu em função do vencimento em dez/2013 e potencializado pela crise hídrica. O ministério  
69 público também solicitou informações, fato que motivou a volta da discussão. Em 26/02/14 foi  
70 recomposta a Comissão Especial Permanente de Articulação do CEIVAP e Comitê Guandu. O  
71 CEIVAP explicou que os sucessivos adiamentos poderiam levar a uma intervenção do CNRH. Na  
72 época, Moema Versiane Acselrad (INEA), questionou os encaminhamentos da ata da última reunião  
73 desta comissão. Então as ações eram de responsabilidade do CEIVAP, que refez a proposta. O  
74 Comitê Guandu então solicitou que uma apresentação fosse feita para todos os Comitês sobre a  
75 revisão. A AGEVAP então elaborou uma discussão técnica sobre o assunto. A ANA também lançou  
76 nota técnica. André Marques (AGEVAP) sintetizou o conceito da nota de que haveria uma parcela  
77 adicional aos 15% disponível para projetos de interesse dos dois Comitês. Eduardo informou ainda  
78 que, na terceira reunião, em 02/09/2014, foi proposto um sistema de 15%+25%, totalizando 40%.  
79 Decio Tubbs (UFRRJ) informou que o Comitê já tem 70% de sua arrecadação direcionada  
80 obrigatoriamente para saneamento, e a justificativa de cobrar 40% inviabilizaria a própria existência  
81 do Comitê. Eduardo (CEDAE) prosseguiu com o histórico, relatando 3 encontros da CTIG em 2014  
82 para análise e elaboração de contra-proposta. Na quinta reunião da Comissão Especial Permanente,  
83 foi pensado um percentual de 15% + 10%, totalizando 25%. Porém, a maioria da Comissão aprovou  
84 os 40% de maneira escalonada. Em 2017/18, seriam acrescidos 15%, em 2019, 20% e 2020, 25%.  
85 Eduardo (CEDAE) explicou que apesar da decisão da Comissão, todas estas proposições seriam  
86 levadas à Câmara Técnica e depois à Plenária do Comitê Guandu antes de responder dentro desta  
87 negociação. Decio Tubbs (UFRRJ) explicou, em seguida, que a resolução do Comitê aprovada pela  
88 plenária seria encaminhada ao CEIVAP. Se houver acordo, a resolução será encaminhada ao  
89 CERHI-RJ para aprovação. Decio Tubbs (UFRRJ) disse que não são discutidos os problemas  
90 ambientais na bacia, mas a cobrança é tratada como algo isolado em outros estados além do Rio de  
91 Janeiro. Hendrik Mansur (TNC) falou sobre questionar qual é o critério utilizado para definir o  
92 aumento em 25% para totalizar 40%. Decio Tubbs (UFRRJ) respondeu que inclusive existe um  
93 pagamento através do setor elétrico e processos de compensação ambiental. Muitas vezes a aplicação  
94 de recursos como a compensação não é discutida. Continuou dizendo que não acredita ser viável  
95 aumentar o repasse para além de 25%. O mesmo propôs um tipo de alteração na lei que acredita ser  
96 melhor para distribuir os recursos. Julio Cesar Antunes (ABES) frisou que a grande discussão não é

97 o percentual, mas é necessário um amadurecimento dos dois sistemas. No entendimento geral, de  
98 acordo com Julio, após esta nota técnica da ANA, não é possível comparar a transposição como se  
99 fosse um hidrômetro. Na região metropolitana do estado do Rio de Janeiro, este processo está  
100 intimamente relacionado à economia e outros fatores. A discussão sobre a arrecadação deve ser feita  
101 através de projetos. Estes deverão ser hierarquizados e apresentados pelo CEIVAP e pelo Guandu. O  
102 mesmo destacou que o Comitê Guandu tem feito um bom trabalho e não recebe mais recursos da  
103 compensação do setor elétrico, sendo que parte deste recurso é arrecadada pelo CEIVAP. Julio  
104 reforçou sua posição em discutir propostas, projetos e ações que preservem os recursos hídricos para  
105 os usos múltiplos. Arelado a isso, Julio defendeu esta condição de basear as discussões em projetos  
106 deve estar presente em todo e qualquer acordo. Principalmente em se tratando do Médio e do Alto  
107 Paraíba do Sul. O Baixo Paraíba não depende única e exclusivamente da transposição apesar do que  
108 é argumentado. Os contribuintes que vêm de MG também devem ser considerados e trabalhados.  
109 Eduardo explicou que em relação à proposta de 85% da ANA, existe um sistema repartição de  
110 recursos arrecadados entre os órgãos gestores baseada na quantidade de água disponível em cada  
111 localidade. Completou que dos 190 m<sup>3</sup>/s, em torno de 50 m<sup>3</sup>/s é que são cobrados. Atualmente não  
112 são explorados ou são convertidos em recursos hídricos e projetos para o Comitê Guandu. Julio  
113 Cesar Antunes (ABES) completou que os 15% foram baseados na quantidade total de arrecadação no  
114 Paraíba do Sul equivalente à arrecadação do Guandu. Julio (ABES) explicou a percentagem era  
115 baseada numa equivalência ao que era arrecadado em todo rio Paraíba do Sul. Julio (ABES)  
116 lembrou que há cinco anos ainda estava sendo definido este sistema de cobrança no setor de  
117 saneamento, inclusive no campo legal. É necessário pensar que a cobrança gera custo para o usuário,  
118 e por isso é tão discutida. Eduardo Dantas (CEDAE) informou sobre os diversos materiais que a  
119 CTIG trabalhou durante o biênio anterior, que os membros podem consultar e é algo importante para  
120 embasar as próximas discussões. 5 - Assuntos Gerais - Hendrik Mansur (TNC) falou sobre o  
121 problema do horário e se haveria a possibilidade de que as instituições interessadas pudessem  
122 preencher vagas remanescentes no caso de LIGHT e Prefeitura Municipal de Rio Claro. Julio  
123 explicou que isso deve ser acordado de maneira organizada. Julio sugeriu que os presentes  
124 considerem a presença dos representantes da LIGHT para oficializarem a candidatura à vaga para a  
125 CTEG. Julio Cesar disse que não é possível sobrepor representantes já inscritos. Mas existem vagas  
126 remanescentes no setor de governo por conta da falta de representantes do INEA. A Prefeitura de  
127 Seropédica manifestou sua chegada através da representante Thayani dos Santos Velasco,  
128 completando os 4 representantes do segmento de governo. Jaime Azulay (CEDAE) ressaltou que no

129 caso da Prefeitura Municipal de Rio Claro, a instituição não se inscreveu para a CTIL-G. Luiz  
130 Roberto Rios, funcionário da LIGHT aproveitou para justificar a ausência de José Gomes, candidato  
131 a representante da Light na CTEG, na reunião ocorrida de manhã, devido à problemas com o veículo  
132 no trajeto. Decio Tubbs (UFRRJ) sugeriu que as instituições interessadas - LIGHT, Ambev e  
133 Thyssenkrupp - conversem para preencher a vaga. Hendrik Mansur (TNC) completou a sugestão  
134 questionando se, ao fim da reunião que inclusive encerra o processo eleitoral, é necessário considerar  
135 inscrições prévias ou não. Jaime Azulay (CEDAE) enfatizou que o representante oficial da  
136 instituição é que deve designar o interessado para a Câmara Técnica. Hendrik (TNC) apontou que  
137 deverá ser realizada consulta à Secretaria Executiva do Comitê sobre a viabilidade deste processo em  
138 relação ao Regimento Interno. Se possível, os interessados deverão conversar na próxima reunião  
139 para ocupar a eventual vaga. Hendrik Mansur (TNC) solicitou a resposta desta viabilidade na  
140 próxima reunião. Amisterdan Ribeiro (SIMARJ) lembrou que é necessário justificar a falta às  
141 reuniões de hoje e comprometer-se a comparecer às próximas. Jaime Azulay (CEDAE) solicitou que  
142 conste em ata a presença do funcionário da Light Luiz Roberto Rios (representando José Gomes) que  
143 justificou a falta da LIGHT na reunião da manhã. Julio Cesar Antunes reforçou a necessidade das  
144 leituras para discutir os assuntos na Câmara Técnica. É necessário subsidiar as decisões, e isso  
145 precisa ser feito com base na leitura anterior dos materiais. O Coordenador da CTIL-G, Jaime  
146 Azulay, encerrou a reunião às 15h13min. Eu, Lucas Lacerda, tomei a termo esta ata, que segue  
147 assinada por:

148 Jaime Azulay (CEDAE) – Coordenador \_\_\_\_\_  
149 Paulo de Tarso Pimenta (FIRJAN) – Subcoordenador \_\_\_\_\_  
150 Amisterdan Ribeiro (SIMARJ) \_\_\_\_\_  
151 Rinaldo Rocha (LIGHT) \_\_\_\_\_  
152 Fernando Ribeiro (CI-BRASIL) \_\_\_\_\_  
153 João Gabriel Monteiro (FAETERJ-PARACAMBI) \_\_\_\_\_  
154 Vera Agarez (UVA) \_\_\_\_\_  
155 Iran Bittencourt (ITPA) \_\_\_\_\_  
156 Thayani Velasco (P. M. Seropédica) \_\_\_\_\_  
157 Magno Roza (EMATER-RJ) \_\_\_\_\_  
158 Andreia Loureiro (P. M. Queimados) \_\_\_\_\_  
159 José Arnaldo de Oliveira (P. M. Japeri) \_\_\_\_\_  
160 Candidatos Presentes:

161 **Usuários:** Jaime Azulay (CEDAE); Eduardo Schlaepfer Dantas (CEDAE); Márcio Fonseca Peixoto  
162 (SIMARJ); Paulo de Tarso Pimenta (FIRJAN); Rinaldo Rocha (LIGHT)

163 **Sociedade Civil:** Camilla Hellen Peixoto (OMA-BRASIL) representando Nelson Reis (OMA-  
164 BRASIL); Fernando Ribeiro (CI-BRASIL); João Gabriel Monteiro (FAETERJ-PARACAMBI);  
165 Daniel Shimada Brotto (UVA) representando Vera Agarez (UVA); Iran Bittencourt (ITPA), Hendrik  
166 Mansur (TNC)

167 **Governo:** Thayani Velasco (P. M. Seropédica); Magno Roza (EMATER-RJ); Andreia Loureiro (P.  
168 M. Queimados); José Arnaldo de Oliveira (P. M. Japeri)

169

170 Candidatos Ausentes:

171 **Usuários:** Rodrigo Germano Ninow (Ambev)

172 **Governo:** Sebastiana Cesário (INEA); Wallace Rodrigues (P. M. Paracambi)

173

174 Convidados:

175 William Weber (jornalista); Lucimar Marinho (TKCSA); Nátaly Fernandes Corrêa (P. M. Rio  
176 Claro); Francisco Faria (LIGHT); Franziska Huber (FAETERJ-PARACAMBI); Luiz Roberto Rios  
177 (LIGHT)